

CORREIO REAL 15

BOLETIM DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

JUNHO 2017

ANTÓNIO RAMALHO EANES

Sendo republicano o sistema de governo actual, entendo, no entanto, que considerados devem ser os titulares ou representantes de instituições que têm peso histórico na nossa unidade e continuidade, uma e outra dinâmica e virtuosamente entendidas... entendo como perfeitamente razoável que, quer aos representantes cimeiros da Igreja, quer da Casa Real seja consignado lugar protocolarmente definido.

LUIS FILIPE CAMOESAS ANJOS

A Inclusão do Duque de Bragança na Lei do Protocolo do Estado, para além de ser uma acto mais que justo, é o honrar a História de Portugal!!

MARIA DA GRAÇA SILVA

Passado, Presente e Futuro. Conhecer, Compreender e Valorizar a História, na Monarquia e na República.

JOÃO PAULO MICAEL

Descendente directo do fundador e dos reais governantes de Portugal até à implantação da República, Dom Duarte de Bragança representa de facto a História de Portugal; e como tal o País e o seu Governo deveriam reconhecer a extraordinária mais-valia da sua Pessoa em termos de Relações Institucionais e Patrimoniais em Portugal e no Mundo.

ANTÓNIO FERNANDO

Será a melhor prova de que a democracia existe.

JOÃO MIGUEL MOREIRA PEREIRA

A sua presença nos pais vivos portugueses, pois prima pela isenção política, não representa interesses partidários, nem anseia por resultados eleitorais nem subida na sociedade. Garante assim o mais legítimo interesse de todos os portugueses e o futuro do país de forma não provisória como os votados por mandatos provisórios. O seu interesse é o país e a sua inteligência ao serviço deste.

ANA MARIA MARTINS NARCISO

Somos um povo singular por isso mesmo esta inclusão no protocolo de estado seria mais um sinal da nossa tolerância e respeito pelo passado olhando o futuro com segurança.

LUIS ALBERTO PESSOA DA FONSECA E CASTRO

...representante vivo dos nossos Reis faz parte e deve ser tratado como um elemento importante do nosso património cultural, que contribui para a nossa identificação nacional.

ESPECIAL REAL ASSOCIAÇÃO DO RIBATEJO

A nossa identidade nacional está para além das atuais circunstâncias e tem que preservar a memória deste País e cuidar da nossa História. O Duque de Bragança transporta consigo essa História e é uma referência incontornável na nossa

JOSÉ CID

O Senhor Dom Duarte (...), que é importante na moralização do nosso país, é grande português, o descendente dos Reis de Portugal que por isso deveria ser objecto de outra consideração por parte do regime.

RUI RIO

Acho que a pretensão é justa e ajuda a respeitar um símbolo nacional.

EDUARDO CINTRA TORRES

Republicano, monárquico? Sou indiferente à forma: houve e há boas e más monarquias, boas e más repúblicas. Mas não sou indiferente à História e ao acatamento do futuro. Portugal viveu quase 800 anos com um sistema monárquico. Numa democracia — e considero-a o essencial — o representante da monarquia é um representante independente e com sempre incerto. Nesse sentido, e tendo em conta que o Estado representa essa representatividade, considero que a monarquia um lugar no Protocolo do Estado.

GONÇALO PORTUGALINHO DE ALMADA

Por representar todos os Reis de Portugal e pelos seus relevantíssimos serviços ao país e a todos os Estados da CPLP - recorde-se o seu imprescindível empenho pela libertação de Timor -, é da mais elementar justiça que o Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, tenha um lugar de destaque no Protocolo do Estado.

TOMÁS A. MOREIRA

A Lei do Protocolo apenas cria obrigações ao Estado e não às pessoas por ele convidadas. Refere o tratamento protocolar devido a "altas entidades estrangeiras e internacionais, diplomáticas, religiosas, universitárias e parceiros sociais", mas nenhuma destas teve que formalmente aceitar ser nela incluída ou se sente dalguma forma vinculada ou dependente do Estado Português... Também a inclusão do Duque de Bragança na Lei não o obrigará a nenhuma aceitação (formal ou informal) nem a qualquer vínculo ou obrigação.

AUGUSTO JOAQUIM DE OLIVEIRA

É da mais elementar justiça e um ato de cidadania. Representa, gostem ou não gostem, 800 anos da História de Portugal. A sua Inclusão no Protocolo de Estado honra a República.

ADELINO MALUF

...representaria a institucionalização do regime na sua plenitude, deixando de haver margens. Significa apenas a pacificação de uma guerrazinha que já não faz sentido

ASCENSO SIMÕES

... D. Duarte é visita assídua das comunidades locais. Nessas suas deslocações encontra o seu lugar de prestígio e de respeito pelo que fomos e somos enquanto nação... Mas o protocolo do Estado deve acomodar uma norma que permita aos mais altos representantes do Estado conferirem a D. Duarte, por tudo o que representa, uma dignidade única em circunstâncias especiais? A nossa opinião vai no sentido positivo.

FELISBERTO SANTOS ESTEVES

É muito importante para dar mais credibilidade à Nação, já que grande parte dos países da UE são monarquias constitucionais.

ANTONIO JOSE REBELO

Sou Republicano e defendo a República, mas isso não me impede de concordar com a petição, porque temos que preservar, em dignidade, o representante de um regime que construiu e desenvolveu Portugal durante séculos.

ANTÓNIO CARLOS DE SÁ CAMPOS GIL

Apesar de não ser Monárquico, concordo plenamente com o proposto por entender que a figura do Duque de Bragança, enquanto herdeiro do trono de Portugal, constitui entre muitas coisas um símbolo e testemunho vivo da nossa história, da nossa identidade que importa preservar se queremos continuar a ser um País soberano. É condição fundamental para a nossa sobrevivência enquanto Nação independente preservarmos os símbolos dessa nossa identidade. O Duque de Bragança, D. Duarte é um símbolo disso mesmo, e também de um quadro de valores que se estão perdendo, de uma correcção de atitudes de cidadania que poucos sabem e ousam usar nos seus comportamentos diários... é uma pessoa GRANDE por ser simples, cordial e humilde.

PEDRO MIGUEL LOPES CAMILO

É de facto um direito democrático e histórico que seja reconhecida a história portuguesa e que o Sr. Duque de Bragança seja reconhecido protocolarmente. Apesar de ser Republicano quero que esse direito e cortesia sejam concedidos.

ANTHONY BAILEY

Excellent idea. Shows great maturity on the part of the republic and the Royal house.

ENTREVISTA

José Cid

"O Senhor Dom Duarte (...) deveria ser objecto de outra consideração por parte do regime"



CAUSA REAL
UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI



1. Neste número do Correio Real voltamos a dar destaque ao projecto da inclusão do Senhor Dom Duarte na lei do Protocolo de Estado cujos subscritores, através da petição na versão de internet ou em papel, vão crescendo dia para dia, numa demonstração de apreço e respeito

pela Casa Real portuguesa que é importante assinalar. Na capa deste boletim apresentamos uma selecção de comentários de alguns dos assinantes do Manifesto numa

bela composição gráfica criada pela Madalena Pestana que julgamos fala por si. Curiosamente estas assinaturas têm proveniência de um espectro muito heterogéneo da sociedade portuguesa, da direita à esquerda política, incluindo republicanos e monárquicos, e isso também nos parece importante relevar, tendo em conta o carácter suprapartidário da Instituição Real. De resto, foi com particular satisfação que vimos a discussão deste tema saltar das redes sociais para a imprensa, onde, num artigo de opinião no Jornal I, assinalamos o deputado socialista Ascenso Simões reconhecer que a inclusão do Chefe da Casa Real Portuguesa no Protocolo de Estado "(...) não se apresenta recheada de problemas políticos ou institucionais, uma vez que Dom Duarte é conhecido como herdeiro da coroa" e que "(...) o protocolo do Estado deve acomodar uma norma que permita aos mais altos representantes do Estado conferirem a Dom Duarte, por tudo o que representa, uma dignidade única em circunstâncias especiais".

De notar que esta iniciativa da Causa Real decidida em Congresso não pretende "monarquizar" o regime republicano que nos coube em azar, e muito menos "republicanizar" a Instituição Real, como receiam alguns monárquicos. De resto nunca será demais esclarecer que, ao contrário do que algumas pessoas entenderam, esta petição não pretende atribuir aos Duques de Bragança nenhum lugar na lista de precedências existente, isso seria absurdo. O que se

pede é que o Duque de Bragança, quando convidado para qualquer cerimónia, nela veja reconhecido o estatuto honoroso e digno de "convidado especial", estatuto que implica uma especialíssima relevância a conceder a um convidado que é, pelo que na verdade representa, "especial". Especial

porque representante dos Reis de Portugal e dos valores perenes da nossa Pátria que, não sendo propriedade de ninguém, são seguramente protagonizados pelo Senhor

Dom Duarte. Mais do que um statement, este "manifesto" é, acima de tudo, um acto de justiça.

2. O grande desafio do movimento monárquico por estes dias é descobrir a fórmula de desassossegado e atrair de forma consequente para o seu seio as milhares de pessoas que nos expressam apoio e simpatia de forma virtual através das redes sociais. Só como exemplo, a página do Facebook da Causa Real tem actualmente cerca de 27.000 "gostos" e a da Real Associação de Lisboa que, com cerca de 1000 associados com as quotas em dia, tem na mesma plataforma, mais de 9.000 "gostos". Sabemos como a nossa (portuguesa) cultura nunca foi de muita participação cívica, com as consequências que todos conhecemos, e de como é mais fácil clicar um "gosto" ou debitar uma sentença enterrado no sofá de casa do que participar nas actividades associativas, mas estou convicto de que temos muito caminho a percorrer para sermos mais atractivos à participação e militância. Na parte que me diz respeito não baixo os braços e conto com a ajuda de todos que nesse sentido queiram trabalhar - este novo número do Correio Real também é prova disso.

João Távora,

Director e Presidente da Direcção da Real Associação de Lisboa.

Mais do que um statement, este "manifesto" é, acima de tudo, um acto de justiça.

António de Souza-Cardoso
Presidente da Causa Real



A Mixórdia que queremos ser!

Sei que o termo não é bonito e nos projecta para algo mal casado ou mal feito.

Mas a verdade é que o termo pretende significar mistura e diversidade.

E se a Causa Real quer ser alguma coisa, é um ponto de encontro dessa diversidade, convocando todas as diferenças como na famosa "Tourada" de Fernando Tordo - Os altos, os baixos, os louros ou morenos, os de esquerda ou de direita, os homens ou mulheres de qualquer raça, crença ou origem.

Desde que, na aceitação da sua diversidade, se entendam neste único propósito de reconhecer, num mundo globalizado como o nosso, as vantagens da Instituição Real, pela identidade e coesão que promove internamente e pela representação histórica, cultural e afectiva que projecta para o exterior, num mundo em crescente cooperação e negociação.

Somos uma mixórdia de gente e de "naturezas" reunidas numa realidade una, clara, límpida e inquestionável.

Somos uma mixórdia de gente e de naturezas reunidas numa realidade una, clara, límpida e inquestionável, do ponto de vista da modernidade do projecto político que defende.

nável, do ponto de vista da modernidade do projecto político que defende.

Ao contrário de outras realidades políticas que, pelos dias que correm, não se sabe bem o que são. O dos próprios republicanos que nunca sabemos bem que República defendem ou representam? A mixórdia social económica da Primeira República? a ditadura que nos afastou do Mundo e da Civilização da Segunda?; ou uma Terceira República onde a democracia se vai diminuindo pela degenerescência das instituições e pela crise de responsabilidade da nossa classe política, também ela refém de um sistema partidário onde a mixórdia de ideias está tão presente, que até diz de si próprio que é governado por uma "geringonça".

connosco esta temática (não a Mixórdia), no próximo Congresso, em Braga.

Quem leu o artigo percebe que naquilo que é a diversidade (Mixórdia) da nossa natureza, bem como no propósito essencial de que Portugal distinga e se socorra da Casa Real Portuguesa e do capital simbólico que representa, estamos com o referido deputado - nos antípodas da mixórdia! Pelo contrário, se bem percebermos, em límpida unidade e sintonia de opiniões!



CAUSA REAL

UM POVO, UMA PÁTRIA, UM REI.



O CORREIO REAL É O BOLETIM MONÁRQUICO DA CAUSA REAL PRODUZIDO PELA REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA

Praça Luís de Camões, 46, 2.º Dto. 1200-243 Lisboa

Atendimento de segunda a quinta-feira, das 15 às 18 horas

Telef: [+351] 21 342 8115/21 342 9702

Email: secretariado@reallisboa.pt

Todos os números do boletim em pdf em: www.causareal.pt

Real Associação de Lisboa



CORREIO REAL

Direcção e coordenação: João Távora

Redacção: Leonor Martins de Carvalho, Nuno Pombo, Luís Barata, Tomás Moreira.

Design e edição: Madalena Pestana

Fotografia: Nuno Albuquerque Gaspar

Produção: Sinapse Media

Impressão: Nova Gráfica do Cartaxo

2650 exemplares

Isenta de Inscrição na ERC ao abrigo do Decreto Regulamentar 8/99 de 9 de Junho, artigo 12º nº1 alínea a)

15	4	ACTUALIDADE
		• Um Artista por Descobrir • VASCO ROSA
ÍNDICE	6	OPINIÃO E DEBATE
		• A Causa Real Portuguesa e o Protocolo de Estado • ANTÓNIO DE SOUZA-CARDOSO

8	OPINIÃO E DEBATE
	• Inclusão do Duque de Bragança no Protocolo do Estado • TOMÁS A. MOREIRA • Monarquia, a Caução das Democracias • MIGUEL CASTELO-BRANCO

10	ENTREVISTA
	• A José Cid e a Gabriela Carrascalão • JOÃO TÁVORA •

17	NOVOS SÓCIOS
	• Carlos Henrique Levita Pedrosa Saraiva

18	A VOZ DAS REAIS ASSOCIAÇÕES
	• Real Associação do Ribatejo
21	JUVENTUDE MONÁRQUICA PORTUGUESA
	• O Futuro em Boas Mãos • GONÇALO MARTINS SILVA

22	NOTICIÁRIO
	• Actividades das Reais Associações • Lembrar D. Duarte Nuno 1976 - 2016 • Celebrações da Restauração • Lançamento de Razões Reais de Mário Saraiva em Lisboa • Notícias da Real Associação de Viana do Castelo
>>	• Actividades da Real Associação de Viana do Castelo
	• Assembleia Geral da RAL • Roteiros Reais da RAL • Actividades da Real Associação do Porto • Direcção da Causa Real recebida pelos Duques de Bragança em Sintra

28	BIBLIOTECA
	• Razões Reais • NUNO POMBO

30	NOTÍCIAS DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II
----	--

UM REAL ARTISTA POR DESCOBRIR

Por Vasco Rosa

ACTUALIDADE

Personalidade verdadeiramente excepcional na cena portuguesa do último quarto do século XIX, D. Fernando de Saxe Coburgo-Gotha (1816-85) ficou conhecido como «o rei artista», tamanha foi sem dúvida a sua devoção ao progresso estético, industrial e artístico do nosso país, num quadro europeu em mudança acelerada.

Casado na Sé lisboeta a 9 de Abril de 1836 com D. Maria II, o príncipe germânico «desposou» igualmente a Serra de Sintra logo que a viu nesse mesmo ano, nela fazendo erguer o Palácio da Pena no pico outrora ocupado por um convento de jerónimos, cujas ruínas adquiriu pouco depois.

Desenhado e redesenhado pelo barão Von Eschwege (1777-1855), com todo um denso reportório de simbologia romântica e outras, o palácio-castelo surge envolto num extenso parque de iniciais 10.000 árvores exóticas, ou «esquisitas» —palácio real e real parque são, como alguém disse, «duas pedras preciosas encastoadas num suporte», a Serra de Sintra propriamente dita. O rei-consorte, informa Glória Azevedo Coutinho num livro de 2008 (*Monserate: uma Nova História*), também pretendia adquirir

D. Fernando não foi apenas o mais ilustre mecenas de artistas do seu tempo ou o esteta informado e colecionador «compulsivo» de produções europeias contemporâneas e orientais. Moldou ele próprio cerâmica, desenhou mobiliário, pintou aquarelas e azulejos, riscou gravuras e águas-fortes.

contemporâneas e orientais. Moldou ele próprio cerâmica, desenhou mobiliário, pintou aquarelas e azulejos, riscou gravuras e águas-fortes. Visitava fábricas emergentes, em Sacavém, no Rato, até nas Caldas da Rainha, onde praticava com o ceramista Manuel Mafra e outros, foi accionista da empresa de loiças dos Bordallo Pinheiro, fez-se pintar por Ferdinand Krumholz (1845-46), Miguel Lupi (1873) e J.-F. Layraud (1877), e foi desenhado por Rafael. Ele próprio se auto-representou enquanto negociante de antiguidades em 1870.

Tudo isto é conforme a uma notória vocação artística de família, como a de seu tio Leopoldo I, rei da Bélgica, e de seu primo Alberto, marido de Victoria, monarcas que dão nome ao mais requintado museu britânico de artes decorativas, do mesmo modo que interesses artísticos foram induzidos na educação de seus filhos, D. Pedro, D. Luís e D. Antónia, que beneficiaram de tutores específicos e também fizeram ensaios em gravura e água-forte. Fotografias dos seus aposentos no Palácio das Necessidades, em Lisboa, mostram-nos a enorme acumulação de artefactos artísticos de todo o tipo e finalidade. Foi para lá que se dirigira após o desembarque, na véspera do seu matrimónio, e ele próprio haveria de mandar actualizar a decoração interior da residência régia e transformar o dito pátio do Imperador num jardim de buxos, com uma taça-lago vinda de Queluz.

Mas onde encontramos maior originalidade é na pequena intimidade de desenhos, aquarelas, águas-fortes e cerâmicas, que o Palácio Nacional da Pena exhibe até fim de Abril numa exposição comemorativa do bicentenário e constam dum belíssimo álbum-catálogo: *Fernando Coburgo fecit. A atividade artística do Rei-Consorte*, editado por Parques de Sintra | Monte da Lua, com design gráfico de Estrela Estanislau e do seu atelier P-06, e impressão da competentíssima Gráfica Maiadouro.

A exposição celebra essa efeméride mas também a aquisição de obras fernandinas, as doações de descendentes da condessa d'Edla, retribuição gentil pelo — aliás premiado — restauro do Chalet do Parque da Pena em 2012, e a própria renovação das quatro salas dos aposentos del-rei D. Manuel II no piso nobre do torreão em que a exposição tem lugar.



Um trabalho muito bem feito, ao mais alto nível, que merece as maiores felicitações e os maiores agradecimentos.

Um dos principais atractivos desta exposição é precisamente algumas dessas aquisições recentes, os álbuns de águas-fortes produzidas pelo rei artista em colaboração com Édouard e Eugène Brohy, dois

gravadores-impressores franceses que por terem começado a trabalhar um mês após a sua chegada a Lisboa se supõe terem vindo com ele. Colecionador de gravuras desde muito cedo, D. Fernando abalanchou-se a copiar algumas de sua colecção e reuniu num álbum — hoje de para-

deiro desconhecido — as que fizera num périplo europeu antes de chegar ao nosso país. Copiar para desenho e posterior gravura quadros famosos era prática corrente. Sua tia Luísa, rainha belga, acompanhou o seu empenho artístico enviando-lhe para Lisboa um manual de gravura e uma colecção de águas-fortes dum artista belga. O interesse do príncipe por água-forte era de tal modo reconhecido, que Charles Hunt gravou em 1841 um encontro imaginário dos Saxe-Coburgo e Gotha em Windsor, em que Fernando aparece sentado numa mesa de gravador. Publicou trabalhos em revistas, foi um dos primeiros membros da Société des Aquafortistes (Paris, 1862) e o seu trabalho tido de primeira linha internacional por Maxime Lalanne, num livro de 1866, talvez porque actualizado no seu mais exuberante experimentalismo de bordaduras e arabescos românticos. «Duendes transportando uma flor» (1854), «Urso filosófico» (1843), «Gato Murr a escrever» (1857), «A morte do gato Murr» (1864) são alguns dos trabalhos mais curiosos, mas também merecem atenção aqueles em que o rei-consorte se desenha brincando com dois dos seus filhos pequenos à sombra duma árvore, em Sintra, 1844, nos aparece montado num cavalo nas suas campanhas de antiquário, ou já passeando com Elise Hensler no parque sintrense (1863).

As relações de D. Fernando Coburgo com os meios artísticos portugueses também se estenderam ao Real Conservatório de Lisboa e à Academia das Belas-Artes de Lisboa, e o monarca-consorte foi decisivo para a preservação e restauro do mosteiro da Batalha e de outros monumentos nacionais, como o mosteiro dos Jerónimos e os conventos de Tomar e Mafra, que a extinção das ordens religiosas em 1834 havia destinado à ruína.

Sem dúvida que a cerâmica — e em particular a pintura sobre cerâmica — teria de ter lugar nesta exposição, como etapa artística final de D. Fernando Coburgo, a partir de 1876. Temas e figuras recorrentes transbordam da bidimensionalidade do papel para pratos de uso corrente e alguns jarrões. Todavia, a apresentação museológica desta fase artística resultou muito menos desenvolvida do que a anterior, mau grado todos os avanços recentes, como aqueles que, pela mão de Cristina Ramos e Horta (Manuel Mafra, *Caleidoscópio*, 2016, 200 pp. ilustradas), entre outros autores, esclarecem a relevância do monarca na generosa informação dos oleiros caldenses acerca da produção cerâmica em voga nas principais metrópoles europeias, e da sua aliança de fundamental importância com o artista multimédia, colecionador de arte e grande amigo o boémio Wenceslau Cifka (1811-83), aliás um dos agrónomos plantadores do parque — a que, de resto, o Palácio Nacional da Pena dedicara uma exposição monográfica em 1949.

As relações de D. Fernando Coburgo com os meios artísticos portugueses também se estenderam ao Real Conservatório de Lisboa e à Academia das Belas-Artes de Lisboa, e o monarca-consorte foi decisivo para a preservação e restauro do mosteiro da

Batalha e de outros monumentos nacionais, como o mosteiro dos Jerónimos e os conventos de Tomar e Mafra, que a extinção das ordens religiosas em 1834 havia destinado à ruína. Quando celebrou meio século de vida, a Associação dos Artistas de Coimbra inaugurou uma estátua de Frederico Alves Brandão em seu louvor, com bustos do poeta Sá de Miranda, do pintor Domingos Sequeira, do escultor Machado de Castro, do músico José Maurício e do arquitecto Afonso Domingues nas cinco faces do pedestal. Melómano, tinha uma boa voz de barítono, que fazia o encanto em serões musicais.



© PSML/ANA CRISTINA MACHADO

dos, o palácio romântico da Pena tem na sequência dos seus espaços neogóticos, neomanuelinos, neo-islâmicos, neo-renascentistas, etc., e na excelência oficial dos seus construtores, toda a riqueza do seu impactante e inesquecível exotismo estético, a que ninguém fica indiferente.

D. Fernando não foi apenas o mais ilustre mecenas de artistas do seu tempo ou o esteta informado e colecionador «compulsivo» de produções europeias



© PSML/ANA CRISTINA MACHADO

A CASA REAL PORTUGUESA E O PROTOCOLO DE ESTADO

Por António de Souza-Cardoso

Não quero, no nosso órgão oficial de comunicação, estar com demasiadas mistificações: Falarei para os Monárquicos a quem o Correio Real se dirige!

Apesar de todos conhecerem que a Causa Real corporiza o Movimento Monárquico em Portugal e que foi a própria Casa Real Portuguesa que a ajudou a fundar e a legitimou desde sempre.

Apesar de a ideia principal ter sido, desde o início, a de sermos agregadores, juntando todos os que acreditam na bondade e modernidade da instituição real e no incremento que pode trazer à democracia portuguesa.

Apesar de termos aprovado nos últimos Congressos, com divulgação ampla a todos os monárquicos, uma nova abordagem e uma estratégia política dirigida prioritariamente à inclusão do Chefe da Casa Real na Lei do Protocolo de Estado.

Apesar de tudo, dizia, muitos de nós gastam a energia em pequenas diletâncias sobre se esta é ou não a melhor abordagem e a mais assertiva e oportuna forma de actuar.

A questão principal é que este movimento que a Causa Real hoje corporiza iniciou-se há mais de 25 anos. De então para cá temos andado em todas as estratégias e abordagens – persuadindo, conflituando, socializando, entrando em áreas que não são realmente as nossas ou, simplesmente, como dizem as almas menos ambiciosas, “ajudando a manter a chama”.

E estas sucessivas estratégias (?) do confronto desequilibrado, do argumento intermitente, nunca deram resultados ou acréscimos significativos. Pior – ficaram sempre aquém das oportunidades que a Casa Real Portuguesa foi abrindo, por mérito da Família Real que acedeu ir a “quase todas” para que a notoriedade e o sentido de serviço da Instituição se não perdessem.

Em suma, todas as estratégias que fomos usando desaguaram na mesma irrelevância.

Há pouco mais de um ano, no início do nosso mandato, esta Direcção encontrou um movimento que definha, na militância e no compromisso, apesar de parecer existir na sociedade portuguesa um desencanto de identidade e de sobressalto cívico que parecia ansiar por uma nova e mais fresca convocatória.

Poderíamos, há um ano, ter optado pelo populismo. Muitos o fizeram pelo mundo fora e alguns, com inegável sucesso.

Recusamos a estratégia do confronto - que permite alimentar o preconceito republicano, optando antes por acreditar que é possível sair deste jogo viciado e falar daquilo que é melhor ou pior para Portugal.

Entrar no campo das ideias com os melhores argumentos e não termos, nem público nem equipe adversária foi, nos últimos anos, o nosso maior problema.

A monarquia e a instituição real são melhores mas não conseguem prová-lo porque não nos “deixam” passar para o patamar da relevância, da reflexão e do contraditório político.

E daí a ideia de uma abordagem diferente: Afirmar que em Portugal temos um Rei – que representa genuinamente tudo isso. Que está para além dos partidos e das pulsões da governação. Que representa quase 10 séculos de história, cultura e identidade portuguesa que os Seus e nossos Avós ajudaram a espalhar por todos os continentes.

E este Rei que é Rei dos Portugueses, está como sempre esteve, disposto a servir o Seu País, a Coisa Pública, a “Rés Pública”.

E está disponível, por um sentido patriótico que lhe é imanente mas também porque realmente valoriza, com a sua presença pública, a democracia portuguesa.

E, por isso, nem o mais insano republicano pode dizer que não será útil à coisa pública distinguir no Protocolo de Estado a Casa Real Portuguesa.

Dizem-nos: - mas a Casa de Bragança de há muito que tem merecido esse tratamento! Nem sempre, e nem todas as vezes da forma como deveriam. E mesmo assim, à custa de um trabalho inextinguível que SAR o Senhor Dom Duarte tem feito de há quase meio século em condições por vezes muito precárias. É isto que não queremos para SAR o Senhor Dom Afonso quando for chamado a ter uma posição protocolar nas cerimónias públicas.

Dizem-nos: - mas e se a petição não passa? Se os partidos a não aprovam?

Se os partidos mantiverem vergonhosamente este preconceito de não reconhecer uma Casa Real histórica, um passado comum, uma cultura e uma identidade a Portugal. Se não reconhecerem a utilidade de a aproveitar, então cairíamos em mais uma gravíssima desonestidade intelectual que o povo português saberá registar. Mas não será por isso que os convi-

tes múltiplos deixarão de chegar e que a Casa Real Portuguesa não continuará a fazer o seu caminho.

Só que, caros Amigos, a petição já passou! Já temos 10.000 assinaturas de todas as sensibilidades político-partidárias e 200 subscritores notáveis.

E se, como estamos convictos, os partidos reconhecerem esta utilidade e mudarem a Lei, então será possível legitimar a figura do Rei dos Portugueses e abrir um capítulo sereno de análise da sua utilidade.

Esse será, para nós, o início do caminho que um Rei dos Portugueses reconhecido pela Nação passará a trilhar para que a mesma o possa aclamar no futuro como Rei de Portugal!

Por isso, Caro Monárquico, comprometa-se conosco e com o nosso Rei em tornar possível esta abordagem nova, para acabar de vez com o preconceito que só beneficia um status quo que, infelizmente, não traduz o que é melhor para Portugal!

LOJA ONLINE

www.reallisboa.pt

Estes e outros produtos à sua espera em www.reallisboa.pt ou pelo telefone 213 428 115



7.50€

T-shirt



10€

T-shirt



9.50€

Pulseira



12€

Isqueiro



4€

Galhardete



17.50€

Bandeira (100x70cm)



5€

Autocolante



15€

Guarda-chuva dobrável



10€

Panamá

42.50€

Gravata de seda



Vinho Real Real

Tinto	6€
Branco	6€
Tinto Reserva	13€
Pack 3 Vinhos	25€

INCLUSÃO DO DUQUE DE BRAGANÇA NO PROTOCOLO DO ESTADO

Tomás A. Moreira

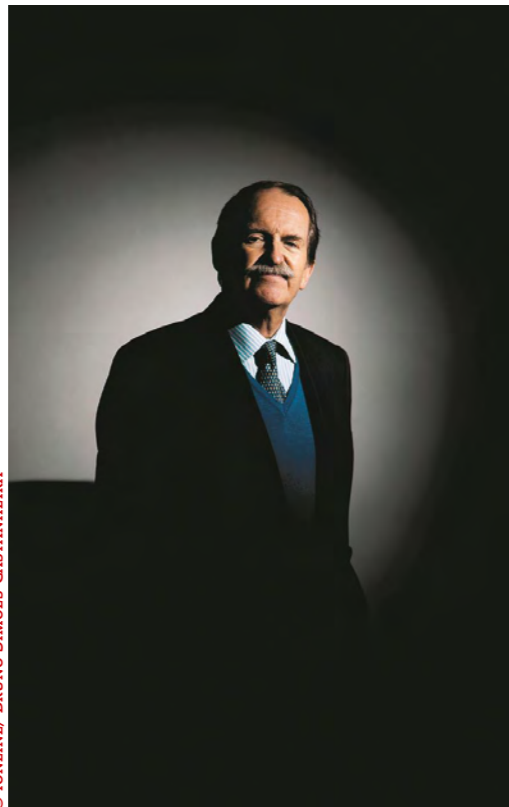
Há um ano atrás os órgãos sociais da Causa Real, após longa reflexão e debate interno, elegeram como objectivo imediato e prioritário deste seu mandato a inclusão do Duque de Bragança na Lei de Precedências do Protocolo do Estado.

A partir do Outono passado, o respectivo Manifesto, publicado na íntegra no último Correio Real, foi subscrito por um importante conjunto de personalidades oriundas de diversas áreas políticas e sociais. (Lista completa de subscritores no site da Causa Real: www.causareal.pt).

Essa pronta adesão conduziu em Março passado ao lançamento duma petição pública (<http://peticaopublica.com/pview.aspx?pi=PT84541>) que já angariou umas 7000 assinaturas online, além dum as outras 1000 em papel.

A comunicação social começou a dedicar atenção ao tema, com chamadas de primeira página em jornais de divulgação nacional. Havendo opiniões variadas, não há até agora nenhuma oposição feroz nem estruturada à nossa pretensão, o que nos dá esperanças de sucesso.

Durante mais alguns meses continuaremos a divulgar o projecto e a angariar adesões para reforçar a sua importância e garantir apoios públicos, antes de apresentarmos a petição na Assembleia da República.



© IONLINE/ BRUNO SIMÕES CASTANHEIRA

Os monárquicos deverão unir-se em volta deste objectivo e compreender a sua importância. Este já não é o momento de discutir mas sim de cerrar fileiras em defesa da Casa de Bragança que tantos serviços tem prestado ao nosso País.

Uma nota final:

Quem não apoiar a Petição, estará implicitamente a defender que o Chefe da Casa de Bragança:

- NÃO deverá ser convidado para cerimónias oficiais; ou que
- Quando convidado para cerimónias oficiais, NÃO deverá ser tratado como convidado especial; ou ainda que
- Quando convidado, NÃO deverá aceitar nenhum convite para cerimónias oficiais”

Nenhuma destas alternativas corresponde à posição oficial da Causa Real nem à prática generalizada desde

há muitos anos pelo Estado e pela Casa Real, que se convidam e respeitam mutuamente, salvaguardando sempre as suas diferentes posições e estatutos.

MONARQUIA, CAUÇÃO DAS DEMOCRACIAS

Miguel Castelo-Branco

Vivemos tempos difíceis de transição para um mundo muito diverso daquele que conhecemos. Nesta preia-mar dos chamados “populismos” - fenómeno complexo que remete directamente para a grave crise de representação e legitimidade de que padecem regimes de partidos há muito instalados na esfera do poder, mas também de reacção à globalização que ameaça a identidade cultural dos povos - a reflexão sobre as vantagens da monarquia ganha consistência. A democracia, tal como a entendíamos, conhece dias difíceis, pelo que as críticas que lhe dirigem devem ser escutadas e os seus erros corrigidos.

A análise das últimas décadas reforça a nossa convicção de que a democracia deve ser limitada, vigiada e fiscalizada, dado transportar não apenas a pulsão totalitária a que Jacob Talmon se referia no seu clássico *Origins of Totalitarian Democracy* (1952), assim como padecendo de doenças degenerativas há muito apontadas pela escola italiana de Sociologia Política. Tanto aquela democracia messiânica, fundada na crença e comportando-se como uma tirania [benigna], tanto a deriva oligárquica podem ser corrigidas. Ora, pelo conselho da história, verifica-se que a única forma bem-sucedida de limitação dos abusos e excessos da democracia radica na aceitação do convívio da democracia com um poder não democrático - isto é, não eleito - que lhe lembre aquilo que não é passível de revisão.

A salvação da ideia, do método e da cultura democrática exige, pois, a intervenção de um poder que, não sendo democrático, é caução correctiva que impede a democracia de se matar. As monarquias sempre foram abertas à participação, à representação, à oposição de ideias e de interesses, pelo não houve monarquia pré-moderna que não se submetesse ao voto, à fiscalização e às sanções legais. Hoje, as monarquias ditas constitucionais

(constitucionais sempre o foram na forma das constituições históricas que lembravam os limites e as obrigações do Rei) lembram ao transitório aquilo que é permanente. A democracia representa o homem; a monarquia representa a história e a memória que determina e alimenta a vontade dos homens em viverem juntos em sociedade. A democracia exprime a volubilidade das paixões humanas, o passageiro, o contingente; ou seja, é absolutamente humana e alimenta-se do sonho peregrino da justiça e igualdade para todos. A democracia é um admirável exercício de determinação, pelo que só há cidadãos onde estes podem, em concorrência, falar, escrever, opinar, criticar, eleger e legislar. Porém, a democracia é ruptura permanente e deve ser, sempre, disjuntiva, como as políticas o devem ser para que a governação não se afunde no ritualismo.

Para atenuar o carácter turbulento inerente à democracia – ou a tendência para se transformar em oligarquia – é requerida a existência de um poder moderador. Esse poder moderador é-nos oferecido pela monarquia.

Para atenuar o carácter turbulento inerente à democracia – ou a tendência para se transformar em oligarquia – é requerida a existência de um poder moderador. Esse poder moderador é-nos

oferecido pela monarquia. A monarquia, entendida como contrato longo de estabilidade, anteparo da Política e inculcador de comportamentos conjuntivos pode, afinal, salvar a democracia, pelo que há que contestar quantos continuam a perseverar no erro trágico de a considerar inimiga da soberania popular.

Daqui e Dali:

“...no plano dos conceitos, nem a República é mais democrática do que a Monarquia nem a Monarquia é mais democrática do que a República. Na sua aplicação, porém, importa saber em que medida a República ou a Monarquia correspondem à vontade do povo”

António de Sampaio e Melo in *Monarquia? Em busca de um caminho para Portugal* (2011)

José Cid

Coordenada por

João Távora,

Mogofores, 06 de Abril de 2017

José Cid dispensa grandes apresentações. Com uma carreira musical multifacetada, que vai do Fado, passando pelas baladas, à mais pura música Pop passando pelo Rock Sinfónico, este conceituado músico nascido na Chamusca em 1942 é representativo da diversidade do universo de monárquicos que somos todos nós. Cheguei à sua quinta em Mogofores depois de um almoço na Malaposta em Anadia gentilmente oferecido pelo casal José Cid

e Gabriela Carrascalão, repasto que proporcionou uma amena conversa, que foi como um belo preâmbulo à nossa entrevista. Certo é que, talvez por ser monárquico, certamente consequência sua educação esmerada, o José Cid trata os seus convidados como príncipes, e foi como se eu tivera tal estatuto que me recebeu na sua casa e me mostrou a quinta de que tanto se orgulha, os seus cavalos e o sofisticado estúdio de gravação no último andar da casa fidalga do século XIX. Se o propósito da minha viagem ao Norte era entrevistar o cantor compositor José Cid como monárquico que sempre foi, muito bem impressionado fiquei com a profusa “iconografia” que se espalhava pela casa, reveladora dos valores que defende: as armas reais aqui, uma bandeira azul e branca ali, ou um retrato dos Duques de Bragança destacado numa bela moldura na sala de estar – decisivamente estava num ambiente civilizado e salubre. Foi numa tarde amena, no jardim junto a uma piscina de onde se vislumbravam por detrás de uma sebe as duas éguas de eleição do cantor, que iniciámos a nossa conversa:

CR: Foi da sua família que herdou a sua veia musical? Tinha um ambiente musical em casa dos seus pais?

Sim, sem dúvida. Não dos meus pais, mas do meu avô paterno Manuel Luís Ferreira Tavares com quem vivi no Ribatejo, na Chamusca até aos meus onze anos. Era guitarrista em Coimbra na época do Hilário. Dirigi a Tuna, sabia música e tinha uma intuição musical muito grande. Foi ele que me ensinou a tentar tocar com a mão esquerda, porque eu em pequenito só tocava com a mão

direita. Portanto a minha veia musical vem da parte da minha família Ferreira Tavares, originária de Albergaria.

CR: E tocavam em casa?

O meu avô tocava piano e também a minha tia, Rosa Galar da Fonseca, tocava piano. E eu comecei logo a tocar piano e a cantar, em pequenito. Num piano velhote que havia no Ribatejo lá no sótão, na casa da costura. Tocava, tocava, tocava e cantava e



as pessoas ficavam muito espantadas e perguntavam aos meus pais: “mas quem é que o ensinou a tocar e a cantar?” e os meus pais disseram: “Ninguém! Nem professor tem! Não tem nada!”. Foi então que me começaram a chamar “menino prodígio”, que é o título do meu último álbum.

CR: Em que ponto da sua vida é decidiu que ia viver para a música?

Isso foi desde sempre. Comecei por cantar fado no Ribatejo e depois outros géneros musicais, quando entrei no colégio Camões em Coimbra, aos treze ou catorze anos. Arranjei uns amigos que tocavam também, juntávamo-nos para tocar quando podíamos, a seguir às refeições, ao almoço e ao jantar. Foi então que formámos uma banda: “Os Babies”, que foi provavelmente a primeira banda de Rock and roll de Portugal, em 1956. Depois veio a proibição dos meus pais, em convivência com o director do colégio Camões, que não queriam que eu fosse cantar para as festas universitárias. Eu, como tinha a sorte de dormir num quarto rés-do-chão, saltava pela janela e ia para lá tocar com os meus amigos.

CR: Portanto não tinha apoio em casa...

Nenhum mesmo. Até menti à minha mãe (e claro que depois fui apanhado), dizendo que o dinheiro que ganhávamos era para as conferências de São Vicente Paulo, e aí a minha mãe já deixou. Era mentira. O certo é que depois fizemos muitos mais concertos solidários com muitas entidades religiosas, portanto redimimo-nos dessas mentiras mais tarde.

CR: A sua assumida costela monárquica tem origem cultural, familiar ou foi uma opção política racional?

A última opção é a mais certa porque eu até já passei por uma tentação republicana, sabe? Mas depois percebi que os sistemas menos corruptos,

Eu, como tinha a sorte de dormir num quarto rés-do-chão, saltava pela janela e ia para lá tocar com os meus amigos.

E eu acabei por idealizar, por conceber para Portugal um sistema que fosse mais justo, um sistema com provas dadas nas monarquias do norte da Europa, mais civilizadas sem dúvida nenhuma.

A maior parte das minhas músicas mais conhecidas e mais comerciais foram feitas nos anos 70 em que nós tínhamos que pagar a renda da casa, a prestação do automóvel, as fraldas e os biberões para os nossos filhos e o grupo 1111 passa por essa fase quando nos tornámos mais comerciais...

com maior defesa dos valores da cultura, com mais igualdade de oportunidade para as pessoas, com melhor nível de vida e com maior

apoio na saúde e na educação são monarquias. E como não são repúblicas, eu optei por pensar num sistema que fosse mais perfeito, um sistema mais próximo do povo, que não abusasse da ideia de povo. Esta coisa do “povo é quem mais ordena” e depois o povo passar fome, não me parece uma boa ideia, percebe? Eu gosto mais dum “povo que mais ordena”, que tem cães, tem vacas, tem cabras, tem bens pessoais e vive melhor. É melhor assim.

E eu acabei por idealizar, por conceber para Portugal um sistema que fosse mais justo, um sistema com provas dadas nas monarquias do norte da Europa, mais civilizadas, sem dúvida nenhuma.

CR: O tempo confirmou algumas das suas composições como verdadeiros clássicos da música popular portuguesa. Após terminar o processo de composição, alguma vez lhe passava pela cabeça que estava a mudar a história, que tinha criado uma peça decisiva?

Não tinha isso em mente, mas atenção: eu não pus um ponto final na minha criatividade! Neste momento tenho um álbum novo quase pronto, que eu adoro, que se chama: “O Clube dos Corações Solitários do Capitão Cid” em que eu estou a cantar como se tivesse trinta aninhos. E tenho ainda outro disco feito, muito diferente, que se chama “Fados, Fandangos, Viras e Malhões”, e depois quero terminar a carreira com um último álbum que se chamará “Vozes do Além” em que retorno ao Rock sinfónico, com poesias de Lorca, de Sophia de Mello Breyner, de Natália Correia, que poeticamente espero seja o álbum mais poderoso de todos os álbuns sinfónicos que alguma vez fiz. Já está

escrito, só que ainda não o comecei a gravar. O dos “Corações solitários” já está pronto, vai sair. O “Fados, Fandangos, Viras e Malhões” já está meio gravado, e depois o outro, vai ter de ser produzido em 2018, 2019 se Deus me der vida e voz.



A maior parte das minhas músicas mais conhecidas e mais comerciais foram feitas nos anos 70 em que nós tínhamos que pagar a renda da casa, a prestação do automóvel, as fraldas e os biberões para os nossos filhos e o grupo 1111 passa por essa fase quando nos tornámos mais comerciais...

CR: Mas não é qualquer um que faz uma música comercial como “Vinte anos”, “A rosa que te dei” ou “O dia em que o rei fez anos”.

Eu sou um privilegiado nesse aspecto. E muito mais ficaria da minha obra se eu não tivesse um boicote sistemático da minha obra a partir dos anos 90. Se eu tivesse mais apoio da rádio e mais divulgação de muitos temas que eu escrevi e que vão ficar absolutamente esquecidos e postos de lado. Nas últimas décadas escrevi muitos outros temas bons que simplesmente não passaram na rádio.

CR: Que razões atribui a essa ostracização?

Por causa da minha independência. Quando não me sentia bem numa editora saía amigavelmente e ia para outra, e algumas delas multinacionais que possivelmente não ficaram contentes com essa forma de estar. Não me senti bem em algumas editoras, por isso neste momento tenho a minha própria editora que se chama “Acid Records” que publicou já alguns álbuns notáveis, um deles do monárquico António Pelarigo, outro do Zé Perdigão e o meu, “O Menino Prodígio” que é nomeado o melhor álbum da música portuguesa em 2016 pela Sociedade Portuguesa de Autores. Também já publicámos recentemente um

(...) não sou republicano mas tenho a maior admiração pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa que de resto faz um papel perfeito dum Rei constitucional.

disco do Mário Mata que é republicano, mas começa a perceber que talvez se possa ter enganado, e outro do meu sobrinho Gonçalo Tavares que, como não poderia deixar de ser, é monárquico também. Portanto a “Acid Records” é uma espécie de “gueto” monárquico na música, em que eu sou o Capitão, mas rodeado de tenentes muito bons.

CR: Alguma vez sentiu que o facto de se ter assumido como monárquico lhe trazia alguns problemas na carreira?

Não, porque na maior parte dos partidos políticos, particularmente da área do PSD e do CDS, há sempre muitos monárquicos envergonhados e como eu também nunca me declarei anti-republicano... não sou republicano mas tenho a maior admiração pelo Professor Marcelo Rebelo de Sousa que de resto faz um papel perfeito dum Rei constitucional. Porque tem sentido de Estado e revela muita humanidade dentro dele, não olham para nós como se nós fôssemos números de um Excel, que é uma coisa muito má na política, uma coisa que o sistema republicano tem trazido nos últimos anos. Eu já

Doutor Albuquerque.

CR: Sendo casado com Gabriela Carrascalão, que também é monárquica e que tem uma ligação ao povo timorense, como vê a contribuição do Duque de Bragança para a autodeterminação de Timor-Leste? Considera que essa mediação foi devidamente

ouvi essa opinião por parte de um outro monárquico muito importante na república portuguesa que é o presidente do Governo Regional da Madeira, o

reconhecida pelas autoridades portuguesas?

Algumas autoridades portuguesas, particularmente o Dr. Jorge Sampaio, foram extremamente injustos com ele em relação a Timor. O mesmo não aconteceu com Mário Soares que foi sempre muito educado com o Senhor Dom Duarte, que hoje tem cidadania timorense. O Duque de Bragança é timorense e em conversa muitas vezes me disse a mim e à minha mulher Gabriela, de quem é extraordinariamente amigo, que se à época ele estivesse à frente do País nunca por nunca teria havido guerra civil e o morticínio que existiu em Timor. Nunca. Isso é porque os reis são vistos com uma independência do sistema político que por sua vez lhes proporciona uma outra perspectiva das coisas.

CR: Ainda persistem alguns estereótipos em relação aos monárquicos portugueses tidos como passadistas e saudosistas. O que é que podemos fazer para ultrapassar esses preconceitos?

Esses monárquicos passadistas e saudosistas metade deles são muito também alpinistas sociais e eu aí sou completamente contra. O alpinismo social através da monarquia é, para mim, uma coisa completamente ridícula e que deveria ser ridicularizada. Num sistema monárquico actual, moderno, humanista as pessoas são o que são e não precisam de ser promovidas socialmente para serem mais do que são.

CR: Está em curso uma petição para garantir formalmente ao Duque de Bragança, como

representante descendente dos reis de Portugal, um lugar adequado no protocolo de Estado como “Convidado Especial”. Concorda com esse reconhecimento?

Completamente, porque o Senhor Dom Duarte é hoje uma pessoa que é importante na moralização do nosso país, é um grande português, o descendente dos Reis de Portugal, que por isso deveria ser objecto de outra consideração por parte do regime. O Dr. Jorge Sampaio, procedeu de uma forma muito injusta e isso trouxe algumas sequelas. Mas eu quero crer que o actual Primeiro-ministro e o actual Presidente da República são pessoas que percebem

que é importante que se atribua à nossa Família Real outra dignidade, outro protagonismo que lhe tem sido negado.

CR: Várias das suas canções contam histórias de Reis

leais, ao lado do seu povo: “A Lenda do Rei D. Sebastião”, “O dia em que o Rei faz anos”. O seu pensamento político influenciou de alguma maneira a letra destas canções?

Também, muito. Mas note que no meu próximo álbum eu tenho um tema que se chama “Saudades de Botequim” * em que diz que “Se viesse um Rei talvez fosse melhor porque ia impor a lei das sesmarias”, a propósito do nosso País em que metade do território está abandonado agricolamente. Quando há tanto desemprego, poderia pensar-se num Portugal que, com o clima que tem, com a água que tem, com os terrenos que tem, podia dar de comer a muito mais gente que está na miséria.

CR: Ao longo da sua carreira foi incorporando a história de Portugal nas suas composições. Como vê a consciência histórica actual dos portugueses? A culpa é só do ensino?

É um problema cultural, completamente cultural. Por acaso, a nossa vizinha Espanha, com as crises e com os problemas que tem de nacionalidades, nesse aspecto, ostenta uma defesa muito maior do seu património cultural. Eu acho que os espanhóis até protegem o que é mau deles, enquanto que nós muitas vezes ostracizamos o que é bom em Portugal. E isso é uma má atitude política.

CR: Como entende que a restauração da monarquia em Portugal, exemplo das mais desenvolvidas nações europeias, poderia melhorar a vida dos portugueses?

Eu acho que o facto da nossa Constituição não permitir uma alternativa monárquica representa um complexo enorme dos republicanos em relação à monarquia. Porque o sistema republicano começa a perceber que os países monárquicos do mundo – e volto a repetir – são menos corruptos, mais desenvolvidos e mais democráticos. Nós devíamos combinar um sistema desses com a vantagem de termos tanto sol, o fado, o fandango e os viras...

CR - Quais são os seus projectos artísticos do futuro? Está nos seus planos a remasterização e a reedição da sua discografia?

Não estou muito preocupado com isso. Penso fazer uma fundação José Cid, em que depois a Gabriela, que é um pouco mais nova do que eu e o meu sobrinho Gonçalo Tavares poderão gerir a minha discografia separando as coisas. Porque eu tenho uma grande mistura de estilos, há uma grande confusão na minha obra, é muito camaleónica, e portanto vão ter que separar José Cid e os poetas, isto é, José Cid cantando Gabriela Mistral ou cantando Lorca ou cantando Sophia de Mello Breyner ou cantando Teixeira de Pascoaes ou Júlio de Castro. Separando o José Cid só baladas, José Cid só canções de amor, José Cid

canções de intervenção, José Cid rock sinfónico, o José Cid o fado, porque apesar de eu ser um

O alpinismo social através da monarquia é, para mim, uma coisa completamente ridícula e que deveria ser ridicularizada. Num sistema monárquico actual, moderno, humanista as pessoas são o que são e não precisam de ser promovidas socialmente para serem mais do que são.

fadista, sou muito amigo de grandes fadistas profissionais como o Camané, o João Ferreira Rosa, o António Pelarigo, o Zé Gonzalez são pessoas que me apoiam muito quando me ouvem cantar

fado. Eu canto fado desde sempre, não é por oportunismo ou porque esteja na moda. Portanto isso é uma coisa para futuro e neste momento estou preocupado com o meu próximo álbum, "Clube dos Corações Solitários do Capitão Cid", com o outro álbum que vem a seguir, "Vozes do Além", que ainda não está gravado, que é rock sinfónico e outro álbum que está praticamente pronto que se chama "Fados, Fandangos, Viras e Malhões". Para já, acho que quando chegar aos 80 anos isto estará tudo pronto e será a altura de parar de gravar e então gerir a minha decadência.



fadista, sou muito amigo de grandes fadistas profissionais como o Camané, o João Ferreira Rosa, o António Pelarigo, o Zé Gonzalez são pessoas que me apoiam muito quando me ouvem cantar

PEQUENA CONVERSA COM Gabriela Carrascalão

Desta nossa inesquecível visita a Mogofores era impossível ignorar a infatigável anfitriã da casa, Gabriela Carrascalão. Para provar que, por detrás de um grande homem está sempre uma grande mulher, aqui incluímos a nossa pequena conversa:

CR: Pode fazer-nos uma breve apresentação de Gabriela Carrascalão?

Sou da terra onde o sol, em nascendo, vê primeiro (plagiando Luís de Camões). Timor -Leste, a terra que me viu nascer. Filha de pai português e mãe timorense. O meu pai, Manuel Viegas Carrascalão era português e a minha mãe, Marcelina Guterres nascida em Uaitalibu, no Reino de Venilale em Timor (hoje conhecido apenas por Venilale). A minha bisavó materna, Coronel-régulo (Liurai-feto) do Reino de Venilale, Dona Isabel de Freitas Guterres, régulo do Reino de Venilale, foi a última "Liurai" a prestar vassalagem (termo que eu detesto) ao reino, Portugal em 1879, ao Rei Dom Luiz. Fiz o ensino secundário em Timor-Leste, no Liceu Dr. Francisco Machado. Em 1969, ingressei, contra a vontade dos meus pais, na escola Superior de Belas Artes de Lisboa, onde tive mestres excelentes como Lagoa Henriques, Gil Teixeira Lopes, Clara Meneres, mencionando apenas alguns.

Regressei a Timor-Leste em Dezembro de 1973, e porque estava a estudar com uma bolsa de estudo fui convocada para trabalhar no Estado. Com a guerra em Timor (guerra civil e depois a ocupação pela Indonésia), vim para Portugal, tendo depois escolhido ir para a Austrália, onde muitos timorenses se estabeleceram como refugiados políticos, durante o período da ocupação.

Na Austrália, na cidade de Melbourne, onde vivi mais 25 anos, reiniciei o meu trabalho como jornalista na rádio pública (3EA e mais tarde SBS) onde ingressei por concurso público e ganhei vários prémios de jornalismo. Enquanto trabalhava na SBS licenciei-me em jornalismo, pela Universidade Wollongon com uma Pós-



graduação na Universidade de Monash na área da TV e Radio. Fui a primeira mulher jornalista de Timor Leste e durante o período de 2001 a 2004 fui a Directora da TVTL (no âmbito das Nações Unidas). Trabalhei de 2008 a 2011 como Conselheira no Ministério dos Negócios Estrangeiros de Timor Leste, e de 2011/13 fui assessora do Presidente da República Taur Matan Ruak, cargo que exercia quando me casei com José Cid e vim viver para Portugal.

Ao longo de todos esses anos não deixei de pintar, na Austrália durante o período da resistência, toda a minha pintura era uma forma de poder expressar a minha raiva, o desgosto por tudo o que se passava em Timor-Leste. Sentia-me impotente ao ver os meus familiares, amigos e não só, a serem chacinados sem nada poder fazer... Tudo o que pintei nessa altura era vendido para poder contribuir para a nossa causa.

CR: Como conheceu José Cid?

Conheci o Zé em Melbourne, na Austrália, onde vivi durante quase 25 anos como refugiada política (como todos os Timorenses na diáspora). Foi no ano de 1983, durante uma digressão ao país. Realmente

nunca me esqueço do dia em que o vi pela primeira vez. Trabalhava na SBS (cadeia de rádio e televisão pública Australiana), falava português e estava encarregue de entrevistar um cantor português. O director de programação disse-me apenas, sem mencionar nomes: “Vem aí um cantor português e tens que o entrevistar em português!”

Nessa altura a música que eu mais ouvia (gosto pessoal) era o jazz, ska e algum rock... pelo que estava apavorada pelo facto de ter falar de música de que possivelmente não gostaria – “Ah não! Please don’t give another dag” foi a minha reacção! Estava bem longe de imaginar que a pessoa que iria entrevistar seria alguém como o Zé... E pronto foi assim... foi aquilo que se diz “amor à primeira vista!” Durou algum tempo, mas... na altura infelizmente ficou-se por aí! Tínhamos cada um as nossas vidas em pólos opostos e a nossa relação não resultou, cada um foi para o seu lado. Deixei de ouvir a sua música, nunca mais nos contactámos... mas ficou aquele sentir forte e marcante (é que gostávamos muito um do outro)... foi forte demais para esquecermos...mas hoje estamos aqui! Quase 30 anos depois, estamos casados, felizes e não queremos perder mais tempo longe um do outro. Somos muito amigos! Existe entre nós muita cumplicidade, muito carinho e muito respeito um pelo outro...estamos bem e felizes...

CR: Como vê o papel do Senhor D. Duarte na pacificação e independência de Timor Leste?

O Senhor Dom Duarte sempre teve um papel muito importante para Timor-Leste. É alguém que esteve sempre presente na “causa de Timor-Leste”! Tanto no período da ocupação como depois da restauração da independência. Sempre defendeu o direito de Timor-Leste à independência. A gratidão e admiração dos Timorenses pelo Dom Duarte é de tal maneira grande, que lhe foi dada a cidadania timorense. Com muita honra e orgulho nosso, Dom Duarte de Bragança é cidadão timorense. Ele tem todo o nosso carinho e respeito.



NOME: Carlos Henrique Levita Pedrosa Saraiva

IDADE: 54 anos

NATURALIDADE: Lisboa

OCUPAÇÃO: Administrador do Grupo Jerónimo Martins

CR - Porque decidiu tornar-se sócio da Causa Real?

Em primeiro lugar porque sou monárquico. Depois porque sou da opinião que a Causa Real tem defendido e tutelado o ideal monárquico com uma clareza argumentativa e com uma dedicação que merecem ser assinaladas. À Causa Real se deve, na minha opinião, o renovado interesse e preconização, que o ideal monárquico tem tido junto dos portugueses, sobretudo, junto das gerações mais novas. Numa república com mais de cem anos de existência e totalmente avessa a qualquer debate, parece-me notável.

CR: Como vê o Movimento Monárquico Português?

Saudável. O número de simpatizantes, se assim lhe quisermos chamar, que tem manifestado e revelado interesse quer na defesa do ideal monárquico, quer no seu estudo e compreensão, algo de que me tenho apercebido regularmente nos meus vários contactos, tem aumentado consideravelmente. Esta realidade resultou por mérito do próprio movimento monárquico. Este tem conseguido, notavelmente, continuar a transmitir uma mensagem séria, fundada em argumentos sólidos, esclarecedora, não hermética, aberta ao diálogo, não impositiva e dogmática, que o distingue de todos os demais movimentos políticos, sociais e culturais. Pelo menos em Portugal.

Numa outra perspectiva, a política, que é incontornável, o movimento monárquico português

tem persistido na defesa do seu ideal, que comporta inúmeras questões e “nuances” se me é permitido, do qual a petição pública que visa incluir o Sr. D. Duarte na lei do protocolo de Estado, é disso um bom exemplo.

CR – Quais os seus principais desafios?

Na sequência do que anteriormente disse, o principal desafio da Causa Real enquanto entidade que coordena o movimento monárquico Português, é manter a coesão do movimento. Para tal é imprescindível que a aderência e o interesse que o ideal monárquico tem tido, sobretudo junto das novas gerações, os seus futuros defensores, se mantenha. Não há movimento que subsista sem aderência efectiva e disposição para o trabalho na sua defesa.

Assegurada a referida coesão, outro desafio primordial da Causa Real passa, obrigatoriamente, por tudo fazer no sentido de que o Sr. Dom Duarte seja reconhecido como representante máximo da Coroa Portuguesa nas relações com o Estado. É intolerável que a lei protocolar em Portugal reconheça como alta entidade pública um chefe de divisão e não o faça perante o representante máximo da entidade que durante séculos formou, batalhou, preservou e uniu o que é hoje Portugal, a monarquia e os seus ilustres representantes.

CR – Que contributo espera poder dar ao nosso movimento?

Dedicação. Total dedicação na defesa do ideal monárquico. Creio que com isto digo tudo.

Daqui e Dali:

“Por força de uma sucessão dinástica a que me sinto completamente vinculado, achei-me perante deveres recebidos de meu Pai e dos Reis de Portugal, nossos antepassados, que a eles nunca se escusaram.”

“A Instituição Real explica-se por uma dádiva total ao País, para além da existência ou inexistência do Trono.”

Trechos da 1ª Mensagem de S.A.R. Dom Duarte Pio, em Março de 1977

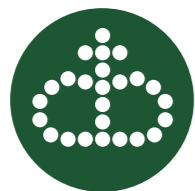
REGULARIZAÇÃO DE QUOTAS:

APELO!

Sabia que toda a nossa actividade é financiada pelas quotizações dos sócios?

Cumpra a sua parte, ajude-nos a servir Portugal!

Contacte-nos: 213 428 115 **Email:** secretariado@reallisboa.pt



30 ANOS AO SERVIÇO DA COROA

Real Associação do Ribatejo é membro da Causa Real, a organização monárquica nacional de cariz política apartidária. Como Associação foi fundada em 18 de Novembro de 1987, com a designação de DECORO - Real Associação Scalabitana para Defesa da Coroa, tendo o expresso aval de Sua Alteza Real O Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança, Chefe da Casa Real Portuguesa.

Na época, os fundadores ligados por ideais monárquicos e sentimentos de portugalidade, decidiram criar uma associação com intuito de representarem e defenderem para Portugal a Coroa, banida pelo republicanismo em 1910. Reuniam-se com frequência em Santarém, no entanto, uma das preocupações foi alterar o nome inicial de DECORO, para Real Associação do Ribatejo, uma designação mais abrangente, de forma a ligar toda a região ribatejana. A propagação do ideal monárquico, foi sendo levada a várias localidades pelas visitas de S.A.R. Senhor Dom Duarte, que os fundadores aproveitavam para obter inscrições de associados com o entusiasmo das pessoas.

O prestígio em liderar a Real Associação do Ribatejo foi evidente, tendo em conta as muitas dispu-

tas pelo cargo de Presidente, que representando o movimento monárquico acrescentava valor ao respectivo Município.

Temos o privilégio de contar ainda hoje com dois dos fundadores e muito activos, Sr. Francisco José Pereira Ramalho Mestre e Sr. Eng. João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa, Marquês de Rio Maior.



A partir de 2005 com a eleição do Dr. Jorge Costa Rosa, iniciou-se uma nova fase de organização interna da RAR, com aprovação de estatutos próprios, actualização de ficheiros, criação da sede em Santarém, protocolos com Municípios e colaboração com a Causa Real, seguindo o dinamismo incrementado

na época pela Direcção da Causa Real.

Eventos da Real começaram a ser notícia regional, foi criado o "Almoço do Rei". A Cidade de Santarém acolheu o XIV Congresso da Causa Real em 2008.

Em 2010 a Causa Real propôs alteração de estatutos comuns a todas as Reais, mudar o nome da Real Associação do Ribatejo e alterar a área geográfica com a criação da Real do Médio Tejo (que veio a ser extinta em 2016), isto levou à demissão da Direcção

da RAR e a uma crise interna que provocou a exclusão desta Associação da Causa Real.

Uma "comissão de gestão" eleita em 2011, constituída por seis Associados, assegurou as actividades, como: reorganização informática da base de dados, contactos com associados, extensa entrevista acerca do 5 Out 1910 numa rádio local, visita de S.A.R. Dom Duarte à Feira Nacional da Agricultura e a visita de SS.AA.RR. os Duques de Bragança a Vila Franca de Xira. Esta mesma comissão iniciou a preparação para a reintegração da RAR na Causa Real.



Após a eleição de nova Direcção presidida por José Carlos Ramalho, em Assembleia Geral de 2012 e com o empenho do Dr. Luís Lavradio, na altura Presidente da Causa Real, concretizou-se a definitiva inclusão.

Apesar de a RAR ter cerca de 600 pessoas inscritas, nunca conseguiu ter uma equipa disponível e activa, que permitisse a dinamização monárquica na sua extensa área geográfica que é constituída por 43 Municípios: Alcobaça, Alcochete, Almeirim, Alpiarça,

Alvaiázere, Ansião, Azambuja, Batalha, Benavente, Bombarral, Caldas da Rainha, Cartaxo, Castanheira de Pera, Coruche, Figueiró dos Vinhos, Golegã, Leiria, Marinha Grande, Moita, Montijo, Nazaré, Ourém, Óbidos, Pedrógão Grande, Peniche, Pombal, Porto de Mós, Rio Maior, Salvaterra de Magos, Santarém, Vila Franca de Xira, Abrantes, Alcanena, Barquinha, Chamusca, Constância, Ferreira do Zêzere, Mação, Sardoal, Tomar, Torres Novas, Vila de Rei.

Desde 2012, apesar de todas as barreiras, temos como preocupação descomplexada promover junto



da população a alternativa de organização política para Portugal assente no Rei dos Portugueses, que, sendo Chefe de Estado, é o garante da conduta cívica da comunidade na cultura da liberdade, da justiça social, do ensino lógico, da educação geracional e da soberania nacional no contexto europeu e mundial.

Numa missão quase impossível, mesmo assim temos como plano a implantação progressiva de pequenos Núcleos Reais, que sejam referências para o bom Municipalismo, apontando como exem-





plos de qualidade da democracia, do bem-estar social e do progresso, as modernas e desenvolvidas monarquias europeias.

Assim, neste contexto, a Real Associação do Ribatejo tem participado ou realizado eventos para convívio de monárquicos, mas também acções de índole política abertas à população.

SS.AA.RR. Os Duques de Bragança, no Ribatejo, têm contactado, com a população da região, instituições de solidariedade, espaços culturais, exposições e feiras de âmbito nacional e internacional em Santarém e na Golegã.

Em 2013 a RAR realizou em Santarém o XIX Congresso da Causa Real e apoiou o I Congresso da Juventude Monárquica Portuguesa, tendo encerrado os congressos com um arraial popular «aReal», comemorativo do 5 Outubro de 1143, Dia de Portugal.

Ilustramos em fotos alguns dos eventos realizado nestes últimos anos, nomeadamente: Tertúlias “Rei ou Presidente” e “Monarquia ou República”, Jantar Real na Quinta do Casal Branco em Almeirim, visita de SS.AA.RR. Os Duques de Bragança à Feira Nacional do Cavalo na Golegã, participação de S.A.R. no Seminário sobre Agricultura Biológica e visita

à Feira da Agricultura, visita à Falcoaria Real em Salvaterra, com demonstração da Arte da Falcoaria Portuguesa actualmente elevada a Património Imaterial da Humanidade, apresentação do Livro “O Real Teatro de Salvaterra – A Reconstrução de uma memória”, de Aline Gallasch.

Em 2016 promovemos uma Homenagem ao Senhor Marquês Rio Maior no Jantar/baile da Jaqueta na Golegã. No final desse ano concretizou-se a fundação do Núcleo de Tomar da Real Associação do Ribatejo, sendo seu coordenador o Dr. Bruno Castro.



Desde o início do novo mandato em Outubro de 2016, a Juventude Monárquica Portuguesa concentrou a sua actividade em três eixos fundamentais: participação activa em eventos e assuntos da Causa Real e Reais Associações, nos quais a JMP tem sido coadjuvante; a ligação com instituições de cariz solidário e acção social e a formação dos jovens monárquicos através de conferências e debates.

O crescimento da JMP tem-se revelado bastante animador, o número de associados tem vindo a crescer, bem como a participação em vários eventos organizados ou apoiados pela JMP. Existe também um notório interesse em formar núcleos locais e académicos, sendo que já esta em perspectiva a criação do núcleo sul do Tejo e Costa do Estoril.

No dia 13 de Novembro de 2016, a JMP esteve presente na Golegã no tradicional baile da jaqueta, na homenagem ao Senhor Marquês de Rio Maior, D. João Vicente de Saldanha Oliveira e Sousa, pelas relevantes funções que exerceu e exerce ao serviço da nossa Pátria.

No dia 10 de Dezembro de 2016, a JMP realizou o seu

Jantar de Natal com vertente solidária, no âmbito de ajudar a instituição de cariz solidário: “Irmãzinhas dos Pobres”. Esta instituição está ao serviço das pessoas idosas nos cinco continentes e cuidam delas, com espírito de serviço e humildade. Foi um evento que pôde contar com a presença de S.A.R. O Senhor Dom Afonso, e uma grande adesão por parte dos associados para com a iniciativa solidária. Posteriormente no dia 20 de Dezembro, foi efectuada uma visita guiada às instalações da instituição “Irmãzinhas dos Pobres”, e procedeu-se à entrega dos cabazes de produtos de higiene e roupa, que foram muito gentilmente oferecidos por membros, amigos e simpatizantes da JMP.

Por fim, no dia 1 de Abril, a JMP do Porto realizou a II Assembleia-geral electiva, os jovens monárquicos compareceram, demonstraram vontade e apresentaram projectos para a divulgação e crescimento da JMP no Porto. Ao Jorge Araújo e restante equipa a direcção nacional da JMP deseja um enorme sucesso em defesa do ideal Real.

Gonçalo Martins Silva
Presidente da Direcção da Juventude Monárquica Portuguesa



Actividades das Reais Associações



REAL ASSOCIAÇÃO DE COIMBRA

A 6 de Dezembro de 2016, a Real Associação de Coimbra mandou celebrar missa de sufrágio por D. Afonso Henriques no 831.º aniversário da sua morte, na Igreja do Mosteiro de Santa Cruz, em Coimbra.



REAL ASSOCIAÇÃO DE LISBOA Núcleo Sul do Tejo

O Comandante José António Rocha e Abreu iniciou funções como Presidente da Comissão Directiva do Núcleo Sul do Tejo da Real Associação de Lisboa, em 14 de Dezembro de 2016, substituindo o Dr. António Jorge de Albuquerque por motivos de saúde. O associado Nuno Valente entrou para a mesma Comissão Directiva e a RAL está convicta de que contribuirá para o fortalecimento deste núcleo local.

Ao António Jorge de Albuquerque a RAL agradece todo o empenho e dedicação postos na fundação do Núcleo e na coordenação do trabalho desenvolvido até à data e ao José Rocha e Abreu deseja o maior sucesso na condução do Núcleo.



REAL ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA Jantar/Palestra Sobre o Regicídio

A Real Associação da Madeira organizou, a 4 de Fevereiro, no Restaurante Brasserie no Funchal, um jantar de homenagem ao Rei D. Carlos e ao seu filho, com a presença do Professor Dr. Emanuel Janes. Este investigador e historiador que já publicou diversos títulos entre os quais “Implantação da República na Madeira” e “Uma Tentativa de Restauo da Monarquia na Madeira” falou sobre o “Enquadramento Histórico do Regicídio”. Depois da palestra seguiu-se interessante debate entre os presentes.



REAL ASSOCIAÇÃO DE BRAGA Jantar De Reis

No âmbito do programa da 8ª edição do Jantar de Reis que decorreu a 4 de Fevereiro no Paço dos Duques de Bragança em Guimarães, D. Duarte Pio de Bragança e os representantes da causa monárquica na região visitaram também a Sé de Braga.

Os donativos angariados no jantar foram canalizados para o projecto “Meninos de Bissauzinho”, na Guiné-Bissau.



REAL ASSOCIAÇÃO DE VISEU

A 11 de Maio, no Clube de Viseu, a Real Associação de Viseu organizou um jantar/conferência proferida pelo Senhor Professor Ibsen Noronha com o tema “Nos 200 anos do casamento de D. Pedro, então Príncipe Real de Portugal, Brasil e Algarves, com a Arquiduquesa D. Leopoldina de Habsburgo” com a presença de Sua Alteza Imperial do Brasil, o Senhor Dom Bertrand de Orléans e Bragança. •



© TV MONARQUIA

Celebrações da Restauração

CAUSA REAL Jantar dos Conjurados

No dia 30 de Novembro de 2016, véspera do reposto feriado da Restauração da Independência, realizou-se mais um Jantar dos Conjurados, no Hotel Lisbon Marriott, precedido pela leitura da Mensagem de S.A.R o Senhor Dom Duarte, Rei dos Portugueses.

No final do jantar, que contou com a presença de centenas de convidados, realizou-se um leilão de obras de artistas portugueses conceituados, sendo que parte do lucro do jantar reverteu a favor das Missionárias da Caridade (Madre Teresa de Calcutá).

REAL ASSOCIAÇÃO DA MADEIRA

Também a Real Associação da Madeira promoveu um Jantar dos Conjurados a 30 de Novembro, tendo o

presidente desta Real Associação, Arq. João Paredes, lido a comunicação de S.A.R. Senhor Dom Duarte, Duque de Bragança. Após o jantar decorreu uma tertúlia com diversos intervenientes.

REAIS ASSOCIAÇÕES DO PRINCIPADO DAS BEIRAS

As Reais Associações de Viseu, de Coimbra e da Beira Litoral comemoraram em conjunto o 1º de Dezembro, em Viseu, com uma missa em memória dos Restauradores e dos Reis de Portugal na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, seguida de uma homenagem junto ao Padrão da Restauração naquela cidade.

Do programa das comemorações fez também parte a palestra, com o título “Ordenou Deus que fosse a Liberdade de Portugal. Revisitar o 1º de Dezembro na Restauração de Portugal”, proferida pelo



© JOSÉ FILIPE SEPÚLVEDA

Historiador Dr. João Ferreira da Fonseca, durante o almoço comemorativo.

REAL ASSOCIAÇÃO DE TRÁS-OS-MONTES E ALTO DOURO

Para comemorar o 376º Aniversário da Restauração da Independência a Real Associação de Trás-Os-Montes e Alto Douro organizou, em 10 de Dezembro, um jantar na Quinta da Avesada, Favaios, concelho de Alijó, com a presença de S.A.R. o Duque de Bragança. •

Lembrar Dom Duarte Nuno 1907 - 1976 LISBOA, 3 DE DEZEMBRO DE 2016

por Suas Altezas Reais os Duques de Bragança, pelo Príncipe da Beira, Senhor Dom Afonso e pelo Duque do Porto o Infante Dom Diniz e pelo Duque de Viseu Senhor Dom Afonso.

Esta homenagem, organizada pela Real Associação de Lisboa, teve como orador principal o Professor Doutor Pedro Soares Martinez que traçou o perfil do Príncipe e um esboço da sua época, daqueles largos anos em que o distinto Professor Universitário integrou como Lugar

Tenente, o Conselho Privado de Sua Majestade.

Após a homenagem seguiu-se um Chá presidido por SS. AA. RR os Senhores Duques de Bragança. •



Mais de cem convidados testemunharam no dia 3 de Dezembro na Biblioteca do Grémio Literário em Lisboa uma comovente evocação do Senhor Dom Duarte Nuno por ocasião do 40º aniversário da sua morte, presenciada

Lançamento de Razões Reais de Mário Saraiva em Lisboa

LISBOA, 1 DE FEVEREIRO DE 2017

A Real Associação de Lisboa está de retorno à edição e publicação de doutrina monárquica e escolheu uma obra imprescindível do ideário monárquico português do Séc. XX, fazendo uma edição evocativa do livro “Razões Reais” de Mário Saraiva, com um prefácio de S. A. R. O Duque de Bragança.

A apresentação do livro, que contou com a presença de S. A. R. o Senhor Dom Afonso, Príncipe da Beira, decorreu a 21 de Janeiro no Auditório da Livraria Ferin que se revelou pequeno

para o numeroso público que afluíu. A sessão, moderada pelo presidente da RAL, João Távora, começou por uma apresentação do livro feita por Nuno Pombo, seguida do testemunho da vida e obra do autor feita pelo seu filho Jaime Saraiva.

O livro encontra-se à venda pelo sítio da Real Associação de Lisboa, www.reallisboa.pt ou na livraria Ferin. •

Notícias da Real Associação de Viana do Castelo

VIANA DO CASTELO, 12 DE MARÇO DE 2017

Realizou-se no passado dia 12 de Março a Assembleia Geral Ordinária da Real Associação de Viana do Castelo, da ordem de trabalhos constava: Apreciação e votação do Relatório e Contas, do Plano de Actividades e Orçamento; Eleição dos Corpos Sociais para o triénio 2017/2019 e Outros assuntos de interesse para a Associação.

O Relatório e Contas bem como o Plano de Actividades foram aprovados por unanimidade.

Do Plano de Actividades, destaca-se, a realização de acções de informação monárquica dirigidas ao público em geral, enquadradas num tema globalizador que, em 2017, é **O Cinco de Outubro de 1143**, denominadas:

- *Viagem no Tempo... 5 de Outubro de 1143* – dirigido aos alunos do 1º ciclo que terão de completar a frase “O 5 de Outubro de 1143 foi importante porque...” e o prémio é um fim-de-semana, para o vencedor e os seus pais, com uma visita guiada à casa de um dos heróis da restauração;
- *Um concurso para ti: “O CINCO DE OUTUBRO DE 1143 – O dia em que Portugal nasceu”* – dirigido aos alunos do 2º e 3º ciclos do distrito de Viana do Castelo para apresentação de trabalhos sobre o tema e os prémios serão uma conta poupança jovem;
- *“Reflexões sobre... O 5 de Outubro de 1143”* - dirigido aos professores (preferencialmente de História) que leccionam no distrito de Viana do Castelo pedindo a realização de um trabalho escrito sobre o tema, para incluir num livro a editar pela RAVC.

Ficaram aprovadas e calendarizadas as seguintes actividades:

Organização de workshops e outros eventos a agendar futuramente, na

Casa da Terra em Ponte de Lima, em parceria com a empresa Minho Fumeiro – “Ementas Reais”.

- **Maio:** “Reais Conversas...” - Encontros informais com personalidades da região do Alto-Minho, ou aqui radicadas, sobre temas previamente acordados, relacionados com histórias locais e temas da actualidade, etc.;
- **Maio/Junho:** “Roteiros pelo Alto-Minho” - A Real Associação de Viana do Castelo, vai iniciar uma série de visitas a locais e monumentos históricos do Alto Minho, abertas aos associados e simpatizantes, bastando para tanto uma prévia inscrição.
- **Junho:** 2.ª Edição do “Ponte de Mouro Medieval”, a decorrer nos dias 2, 3 e 4 de Junho em Barbeita, Monção e que conta com a presença de S.A.R. o Senhor D. Duarte, onde terá lugar uma Conferência a cargo da Prof.ª Doutora Manuela Santos Silva, subordinada ao tema “D. Filipa de Lencastre, a noiva escolhida por D. João I”. O programa será divulgado oportunamente.
- **Julho:** dia 2 - Evocação do 85.º Aniversário da Morte de El-rei D. Manuel II;
- **Setembro:** Comemoração do XXVII Aniversário da Real Associação de Viana do Castelo;
- **Outubro:** dia 4 ou 6 - Lançamento do Concurso Escolar: “O 5 de Outubro: o dia em que Portugal nasceu”;
- **Novembro:** dia 30 - Co-Organização do Jantar dos Conjurados (local e programa a definir oportunamente; em 2017 será na área geográfica da Real Associação de Braga);



A Assembleia elegeu por unanimidade os seguintes órgãos sociais:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Eng.º Francisco Silva de Calheiros Menezes, Conde de Calheiros
Vice-Presidente: Augusto Carlos de Noronha Azeredo Pinto Osório
Secretário: Dr. Carlos Manuel Lamas Mendes Pacheco
Suplente: Dr. António Pedro Palmeira e Álvares Pereira de Lima

DIRECÇÃO

Presidente: Dr. José Aníbal Castro Marinho Soares Gomes
Vice-Presidente: Dr. Mariana Pimentel Ferreira de Magalhães Santana
Vice-Presidente: Dr. Pedro Miguel Gonçalves Giestal
Vice-Presidente: Doutora Susana Jesus Moreira Cunha Cruz Cerqueira
Secretária: D. Maria do Carmo Fernandes Ferreira Pinto
Secretária: D. Maria João Miranda Pereira Vasco
Tesoureiro: Paulo do Souto Álvares da Cunha
Vogais: Dr. Porfírio Pereira da Silva; D. José Vaz de Almada, António Augusto Queiroz de Athayde da Rocha Páris de Vasconcellos e Eng.º Téc. Francisco Maria de Magalhães de Abreu Pereira

Coutinho, Visconde de Cortegaça.
Suplente: Dr.ª Fátima Teresa de Magalhães e Castro de Abreu Coutinho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Eng.º José Adolfo Coelho da Costa Azevedo
Vogal: D. Lourenço José de Almada, Conde de Almada
Vogal: Dr. José Diogo Leite Marinho Falcão Gomes
Suplente: Júlio de Sousa Domingues •



Assembleia Geral da RAL

LISBOA, 25 DE MARÇO DE 2017

associados aprovação por unanimidade.

Foram igualmente eleitos alguns dos delegados da Real Associação de Lisboa ao próximo Congresso da Causa Real.

Esta ocasião serviu também para o plenário dos sócios atribuir ao associado Nuno Filipe Valente a categoria de Sócio Benemérito, merecida pelo desenvolvimento a título gracioso do novo site da RAL, tendo a respectiva medalha sido entregue pelo Presidente da Direcção, João Távora.

Da ordem de trabalhos constou ainda a apresentação do projecto do Car-

tão Único da Causa Real que juntará numa só base de dados os associados de todas as Reais Associações do país e que permitirá também a inscrição centralizada de qualquer simpatizante que se queira juntar ao movimento. •



A Assembleia Geral da Real Associação de Lisboa realizou-se novamente na Casa da Comarca da Sertã em Lisboa, no dia 25 de Março, para deliberar sobre o relatório e contas relativos a 2016 e sobre o plano de actividades e orçamento para 2017, que mereceram dos

Roteiros Reais da RAL

Nestes últimos sete meses, a Real Associação de Lisboa organizou várias visitas a lugares e monumentos de interesse histórico, arquitectónico e artístico, brilhantemente guiadas pelo nosso associado Joel Moedas Miguel licenciado em História e pós-graduado

em Património. Estas visitas são sempre muito concorridas e o sucesso garante a sua continuidade.

Assim, em 26 de Novembro de 2016, Joel Moedas Miguel e Pedro Fortes da Silva levaram os associados da RAL ao Palácio Nacional da Ajuda e, a 10

de Dezembro, a visita foi à Basílica da Estrela e ao presépio de Machado de Castro. O convento e Igreja da Madre de Deus foram visitados pela RAL a 7 de Janeiro deste ano e no dia 4 de Fevereiro foi a vez do Palácio Fronteira, em São Domingos de Benfica, onde os associados da RAL foram muito bem recebidos pelo filho do actual Marquês de Fronteira, D. António de Mascarenhas, Conde de Coculim. A Rota das Igrejas Reais: De São Gens ao Menino Deus, decorreu no dia 4 de Março e finalmente, a 8 de Abril, a RAL levou os seus associados à Igreja de S. Roque. •



Notícias da Real Associação do Porto

No seguimento das novidades anunciadas para 2017, a Real Associação do Porto tem o gosto de dar a conhecer duas novas realizações:

A primeira ocorreu no dia 6 de Janeiro de 2017, com a assinatura de um **Protocolo de Colaboração entre a Associação Círculo Dr. José de Figueiredo – Amigos do Museu Nacional de Soares dos Reis e a Real Associação do Porto.**

Foi considerado de muito interesse promover a cooperação entre as duas instituições, tendo em vista uma valorização e desenvolvimento dos associados de ambas e da comunidade em geral, bem como a recíproca vantagem de desenvolver projectos que tornem possível, e promovam, a participação conjunta em actividades de carácter cultural.

A colaboração será desenvolvida de acordo com as possibilidades de cada instituição, através da participação mútua pelos associados de ambas em exposições, seminários, debates e iniciativas públicas de cada uma das instituições e da colaboração na execução de projectos específicos em conjunto.

No âmbito desta colaboração, está previsto:

- Promover visitas guiadas no MNSR aos associados da RAP;
- Facilitar a realização de eventos da RAP, nomeadamente jantares e conferências no MNSR;
- Disponibilizar no MNSR 15 exemplares do Correio Real a ser editado.
- Atribuir um prémio anual de

pintura e um prémio anual de escultura com o nome de “Prémio Infanta D. Maria Francisca”;

Não podemos deixar de realçar a importância da celebração deste protocolo, que traduz um inequívoco reconhecimento público da Real Associação do Porto enquanto instituição monárquica portuense, permitindo dar-nos a conhecer, bem como à Causa Real, com uma crescente credibilidade e visibilidade.

Em consequência do protocolo celebrado, realizou-se, no Museu Nacional de Soares dos Reis, a apresentação de dois livros em parceria com a Real Associação de Lisboa.

Em 4 de Fevereiro ocorreu o lançamento de uma edição evocativa do livro “**Razões Reais**” de Mário Saraiva, com um prefácio de S. A. R. O Duque de Bragança e apresentação de Nuno Pombo.

Em 4 de Março realizou-se o lançamento do livro “**Crónicas Moralistas**”, de João Távora, apresentado por Francisco José Viegas e Vasco Lobo Xavier.

Ambos os eventos, muito participados, constituíram um estímulo para outras iniciativas.

A segunda novidade traduziu-se na criação do **Real Clube Motociclista** por iniciativa dos associados Ilídio Leitão e António Pestana de Vasconcelos.

Trata-se de um clube integrado na Real Associação do Porto, com inscrições abertas a todos os associados e simpatizantes que nele se queiram inscrever e ou participar nos seus eventos, sem quotas, que pretende divulgar a Causa Real e a nossa Real Associação, promover e apoiar todas as iniciativas inerentes aos motociclos, tendo como ideia agregadora a restauração da monarquia e lema: “Somos um Clube com uma Causa.”

O primeiro evento está previsto para Maio e será um “Passeio pela Rota do Românico: com saída no Porto (junto à estátua de Viriato) até Guimarães (berço da nacionalidade).

Outras actividades e eventos:

No dia 20 de Fevereiro celebrou-se no Porto uma **Missa de 7º dia em memória de S.A., o Senhor Dom Henrique de Bragança, Infante de Portugal e Duque de Coimbra**, com a presença de SS.AA.RR., os Duques de Bragança e de representantes da Ordem de Nossa Senhora da Conceição da Vila Viçosa, da Ordem de Malta e da Ordem de Cavalaria de Santo Sepulcro de Jerusalém, tendo comparecido cerca de quatrocentas pessoas na Igreja de São José das Taipas.

Ao longo destes últimos meses a RAP tem-se empenhado na obtenção de subscritores, de variados quadrantes, da



petição pública para revisão da Lei de Precedências do Protocolo do Estado.

Não podemos deixar de realçar a realização do circuito de golfe **Taça Duque do Porto 2017**, que este ano tem a novidade de disputar uma das suas provas no Algarve, em 1 de Julho, que será jogada no prestigiado **campo de golfe do Morgado Golf & Country Club**, em Portimão, onde decorre em Maio o internacional Open de Portugal 2017.

Finalmente, teve lugar no passado dia 19 de Abril de 2017 a **Assembleia Geral Anual da Real Associação do Porto**, que aprovou o Relatório e Contas de 2016, bem como o Orçamento e Plano de Actividades para 2017. Foram ainda eleitos os Órgãos Sociais para o Triénio 2017-2019, de que aqui damos conhecimento:

DIRECÇÃO

Presidente: Jorge Filipe Braga Barros Leão

Vice-Presidente: João Manuel de Azevedo Costa Calheiros Lobo

Vice-Presidente: Paulo Corte Real Correia Alves

Vice-Presidente: António Paulo Teixeira de Queiroz Valença

Tesoureiro: Maria Antónia Bettencourt C. Pacheco Malafaya e Sá

Secretário: Leonardo José de Sá Cavadas Abreu Gomes da Silva

Vogais: Maria Leonor Trigueiros Cruz José Maria de Oliveira Cameira Coelho e Sousa; Ilídio José Leitão Fernandes;

António Maria Falcão Pestana de Vasconcelos; Sofia Adelaide Moreira Olazabal Almada Simaems

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente: Adalberto Manuel da Fonseca Neiva de Oliveira

Vice-Presidente: Tomás de Carvalho Araújo Moreira

Secretário: Alberto Cândido Alves Baldaque Lobo

Secretário: Manuel João de Azevedo Costa Calheiros Lobo

CONSELHO FISCAL

Presidente: Luís Malafaya de Oliveira e Sá

Vice-Presidente: Rui Fernando Barros Matos de Carvalho

Vogal: António Gil Cabral Ribeiro de Figueiredo

Continuamos empenhados na divulgação da Causa Real e da Real Associação do Porto através das nossas realizações perante novos e maiores públicos.

Jorge Leão,

Presidente da Real Associação do Porto

Direcção da Causa Real recebida pelos Duques de Bragança em Sintra SINTRA, 4 DE MARÇO DE 2017

A Direcção da Causa Real tem prosseguido os seus objectivos de promoção de uma alternativa política para Portugal pela restauração da Monarquia através de diversas acções, designadamente, o comunicado a 28 de Novembro de 2016, a propósito da visita dos Reis de Espanha e a promoção de uma petição para a inclusão do

Duque de Bragança na Lei do Protocolo do Estado. A 4 de Março, a Direcção Nacional da Causa Real foi recebida por Suas Altezas Reais os Duques de Bragança, em Sintra, onde apresentou a sua estratégia política, tendo recebido muito entusiasmo e apoio da Família Real Portuguesa. •



FICHA TÉCNICA

TÍTULO: Razões Reais

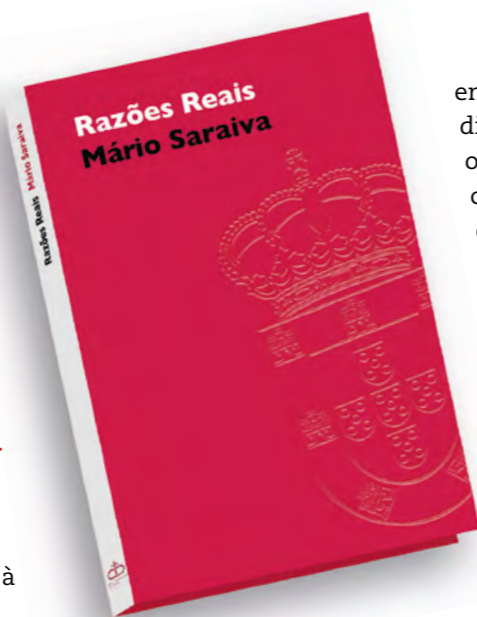
AUTOR: Mário Saraiva

PREFÁCIO: S.A.R. D. Duarte de Bragança

EDITORA: Real Associação de Lisboa

PÁGINAS: 126 **PREÇO:** 12€ em www.reallisboa.pt

ISBN: 978-989-691-579-7



entre duas realidades diferentes, com o objectivo de apurar, criteriosamente, qual o termo da comparação que se mostra preferível. Neste livro, o autor põe nos pratos da balança monarquia e república, dando-nos conta de que irá ensaiar um juízo conclusivo usando o crivo do interesse nacional, já que

em função de outros interesses, mais ou menos confessáveis, a república pode cumprir muito melhor o objectivo.

O autor procede a um exercício comparativo em 17 breves e muito lúcidos capítulos, um ou outro talvez datado, mas sem que se note a presença de uma prisão cronológica que nos impeça de captar o postulado que em cada um desses capítulos nos é proposto.

Começa o autor por atacar o mito da chefia do Estado electiva. O Chefe do Estado eleito tem uma evidente fragilidade: a falta de representatividade, que lhe advém da falta de independência. Na eleição de um órgão unipessoal, os vencidos não têm voz nem representante. Ganham os que ganham e perdem todos os outros... os que não votam, pura e simplesmente, e os que escolhem outro candidato. Os que perdem ficam órfãos dessa representação política. A eleição parece até ser um método selectivo certo, seguro... mas quem escolhe os que podemos escolher?

Estas palavras não visam fulminar qualquer processo eleitoral. Os monárquicos não são alérgicos a eleições... Aliás, antes de 1910 havia eleições e os republicanos não só podiam votar como eram eleitos, beneficiando de liberdades, eleitoral e de imprensa, que o 5 de Outubro restringiu...

Ora, uma eleição não é intrinsecamente má. Em democracia, devemos poder escolher. Mas reconhecer méritos à democracia não pode conduzir-nos ao erro de admitir que ela é apenas o

fruto do sufrágio directo e universal nem à tontice de concluir que se a eleição é útil para escolher quem nos governa, há-de ser útil como bitola para a condução de todos os aspectos da vida colectiva. Como é bom de ver, não é assim. O problema está em pretender usar o processo eleitoral na escolha do supremo representante da Nação.

Ora, se a eleição não serve, ao contrário do que nos vem sendo dito, para escolher o Chefe do Estado, qual o critério que deve presidir a essa escolha? Di-lo sem eufemismos, sem tibiezas, o autor: a hereditariedade... O Dr. Mário Saraiva sabe bem que reside neste aspecto crucial a principal objecção à Instituição Real e, por isso, dedica algumas páginas preciosas à desconstrução desse preconceito, explicando que a hereditariedade, como critério de selecção, surge como resposta às insuficiências e às fragilidades, aos perigos, mesmo, da via electiva.

A hereditariedade evita o conflito sucessório e baseada no prestígio duma dinastia, apresenta com naturalidade, sem solavancos, a pessoa do novo representante, formado desde o berço para o exercício das funções que a Pátria lhe confia... É a hereditariedade que promove a formação do Rei: sólida, contínua, suave. Uma formação muito mais tributária da sabedoria do que propriamente do conhecimento. O Chefe do Estado não precisa de ser um técnico... mas deve ser um sábio. Mais do que livros, o Rei saberá ler o seu povo, que não é o mesmo que população, conceito estritamente demográfico preso a uma episódica conjuntura. O Chefe do Estado deve saber ler o seu povo, interpretar os seus anseios, inspirar os seus projectos e ampará-lo nas suas angústias, tendo consciência de que muito mais do que ele próprio, tem de personificar o muito que ele representa...

Ora, só a hereditariedade potencia essa dimensão representativa... faz com que a representatividade mergulhe no tempo... no tempo intemporal, passe o aparente paradoxo. Porque esta contínua sucessão de gerações faz com que o Rei seja muito mais do que ele próprio. O Rei é também a Família Real, não apenas aqueles de quem somos contemporâneos, mas todos os antecessores de quem ocupa historicamente a chefia da Família e da Nação, alargando-se ainda a quantos, depois de nós, na constância dos mesmos valores, na permanência dos mesmos princípios, representarão, como rosto humano da Pátria, os nossos netos.

O Rei assegura a independência, a representatividade, a justiça, a estabilidade e a continuidade da Pátria. Como nos lembra o autor, “no sistema republicano todos os poderes são caracterizadamente políticos, na origem, nas funções, no significado e, como tal, inconstantes e instáveis como a opinião pública donde provêm”... Pelo contrário, “na Monarquia a instituição dinástica identifica-se com a perenidade da Pátria. A Realeza permite conciliar a estabilidade com a liberdade”, a continuidade com a sucessão dos governos... Mais, a Instituição Real não apenas permite essa conciliação como promove o equilíbrio dessas várias dimensões, potenciando o vínculo afectivo da comunidade com a sua representação política.

Diz ainda o autor a propósito do Poder Real: “Poder por natureza independente e supra-político, deixa ao país a livre escolha e aplicação dos métodos políticos na administração do Estado; fiador da liberdade popular, faz respeitar essas primeiras liberdades cívicas; guarda os direitos das minorias governadas, contendo a maioria governante nos limites da legalidade constitucional; assegura a possibilidade permanente de fiscalização e de crítica dos actos governativos; denominador comum, vela pela igualdade de todos nos direitos e na justiça social; poder paternal, congrega, harmoniza e arbitra os dissídios da grei. E mais, e especialmente, separa o que é nacional do que é político; preserva do domínio político as instituições de índole puramente nacional e anti-política.” Numa palavra, protege a Nação dos apetites do Estado.

Não são muitos, e são sempre os mesmos, os argumentos que os republicanos usam para demolir a bondade do princípio monárquico. O Dr. Mário Saraiva teve consciência disso e procurou oferecer um guião que permita rebater esses argumentos e sustentar, com honestidade intelectual, a Instituição Real.

Termino com o voto de esperança com que o autor remata a sua explicação prévia: “Assim este livro possa auxiliar os homens de boa fé e de leal inteligência a formarem a sua opinião política em termos válidos.”

NUNO POMBO

NOTÍCIAS SOBRE ACTIVIDADES DA FUNDAÇÃO D. MANUEL II PELO MUNDO



MADEIRA FILM FESTIVAL

A Fundação D. Manuel II patrocinou pelo segundo ano consecutivo o Madeira Film Festival, que decorreu de 17 a 23 de Abril. SS.AA.RR., os Duques de Bragança, estiveram no Funchal para inaugurar este festival internacional que é dedicado à natureza, particularmente à defesa da Floresta Laurissilva

Foram exibidas 19 longas-metragens no Teatro Municipal, incluindo uma longa-metragem chinesa, fruto da parceria com o Shanghai International Film Festival e a Embaixada da China, resultante do trabalho iniciado por S.A.R., o Senhor Dom Duarte de Bragança, e a Fundação D. Manuel II na Ásia.

Durante a sua estadia na ilha os Duques de Bragança visitaram o Presidente da Região Autónoma da Madeira, Dr. Miguel de Albuquerque.

Timor

Em Junho S.A.R., o Senhor Dom Duarte de Bragança fará uma visita a Timor, durante a qual abordará alguns temas da cooperação entre a Fundação Manuel II e aquele País.

Está previsto o lançamento da revista Surik, que será a primeira revista em Língua Portuguesa publicada em Timor e que tem como objectivo encorajar a utilização da Língua Portuguesa. A revista terá, entre outros, uma história em banda desenhada oferecida pelo Jornal do Exército Português e assuntos do inte-

resse geral da população. O Presidente do Conselho de Redacção é o Prémio Nobel da Paz, Dr. José Ramos Horta, e os Directores são a Dra. Gabriela Carrascalão e o Dr. Zacarias Albano da Costa, antigo Ministro dos Negócios Estrangeiros de Timor.

Está previsto também o começo das emissões na TV Timor de programas oferecidos pela Fundação Padre Anchieta / Tv Cultura, do Estado de São Paulo. Este protocolo de cooperação foi negociado pela Fundação D. Manuel II com a valiosa ajuda do Dr. Durval de Noronha Goyos, Presidente da União Brasileira de Escritores. Esta colaboração com a TV Cultura terá certamente um grande impacto na difusão da nossa Língua comum.

A Notícia da morte do Senhor Dom Henrique na Suíça

por Sérgio Rau Silva

Foi com pesar que a notícia da morte de Sua Alteza o Senhor Dom Henrique de Bragança, Infante de Portugal e Duque de Coimbra, foi recebida entre os portugueses, monárquicos e simpatizantes, residentes na Suíça. À tristeza do sucedido, acresce o especial significado de ter sido a Suíça o local de nascimento do Senhor Dom Henrique, a 6 de Novembro de 1949 em Berna, facto que não poderia passar ignorado.

Assim, no dia 18 de Fevereiro, foi celebrada missa por alma de Sua Alteza na Paróquia de Sainte-Clotilde, onde tem sede a Comunidade Católica de Língua Portuguesa de Genebra. Após a missa, seguiu-se um momento de oração, com recitação do terço, na capela de Nossa Senhora de Fátima, anexa àquela igreja e onde foi lembrada igualmente a forte ligação mariana de Portugal a Nossa Senhora, sua Rainha e Padroeira.

No dia 19 de Fevereiro, na missa dominical das 11h na Paróquia de Sainte-Croix de Carouge, na presença de toda a assembleia, foi feita igualmente uma intenção pela alma do Senhor Infante.

Finalmente, no dia 21 de Fevereiro, foi celebrada missa do Sétimo Dia na Basílica de Notre Dame de Genebra, às 18h30.

Em todas as celebrações, para além dos paroquianos habituais - muitos deles portugueses ou de origem portuguesa - compareceram simpatizantes monárquicos residentes em Genebra, outros vindos expressamente dos cantões vizinhos da Suíça, bem como da Alta Saboia, em França, que quiseram assim expressar o seu respeito e carinho pela Casa de Bragança neste momento de luto e, deste modo, lembrar também os sentimentos e valores que os mantêm ligados a Portugal, os quais a nossa Casa Real tão bem tem sabido encarnar, não apenas perante a História, mas igualmente como garante da identidade e independência nacionais.

Com efeito, no contexto da nossa emigração, nunca é demais lembrar a importância que poderá ter o Rei e a continuidade dinástica como elo de união entre Portugal e os seus emigrantes que, conforme o último relatório da ONU divulgado no passado dia 24 de Fevereiro, representam 22% dos cidadãos nacionais, ou seja, 2,3 milhões de portugueses, mais de um quinto da população portuguesa.



© REVISTA CARAS



S. Tomé e Príncipe

SAR o Senhor Dom Duarte visitou S. Tomé e Príncipe, no âmbito da cooperação da Fundação Dom Manuel II com a Diocese. A Fundação adquiriu uma residência para jovens que se deslocam de áreas remotas para a escola, na vila de Angolares. Acompanhado pelo Senhor Bispo D. Antonio Manuel dos Santos, visitou S.E. O Presidente da República e o Ministério da Agricultura, assim como as notáveis obras sociais desenvolvidas pela Igreja e pela Embaixada e Cooperação Portuguesa.

A visita foi interrompida pela notícia da morte do Senhor Infante Dom Henrique. À Sta. Missa celebrada por sua Alma na Sé assistiram numerosos amigos São-tomenses e Portugueses.



Nesta visita SAR foi hóspede dos Hotéis Pestana. Essa empresa e a companhia aérea Euro Atlantic têm sido fundamentais para o crescimento do turismo nesse belíssimo país.

As condições de segurança e tranquilidade de que disfrutaram os visitantes, as magníficas praias e paisagens e a simpatia da população são motivos da crescente popularidade desse País como destino turístico, que dispõe de vários hotéis de qualidade internacional e alguns excelentes alojamentos em plena natureza.

CARNE
e MONTA
E É
AMIZADES
APURADAS



Seja responsável. Beba com moderação.